

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO

João Victor Monteiro da Silva

O princípio da autonomia da vontade e liberdade na filosofia kantiana

Lorena
2016

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO

João Victor Monteiro da Silva

O princípio da autonomia da vontade e liberdade na filosofia kantiana

Trabalho interdisciplinar do 3º período do curso de licenciatura plena em Filosofia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José Marcos Miné Vanzella.

Lorena
2016

O princípio da autonomia da vontade e liberdade na filosofia kantiana

João Victor Monteiro da Silva¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade expor os conceitos kantianos de Autonomia da vontade, liberdade e moralidade, bem como explorar os objetivos do autor ao aprofundar todo o seu conjunto de obras sobre o tema da pessoa e sua relação com a moral. Kant transpõe o abismo puramente humanista e recoloca o indivíduo e sua vontade como centro do pensamento filosófico, em busca de uma liberdade que se faz cada vez mais urgente.

Palavras chave: Autonomia da vontade – Kant – Moralidade – Liberdade

Resumen: En este artículo se pretende exponer los conceptos kantianos de autonomía de la voluntad, la libertad y la moral, y también explorar los objetivos del autor para profundizar en la totalidad su corpus de obras sobre el tema de la persona y su relación con la moral. Kant transpone el abismo puramente humanista y sustituye al individuo y su voluntad como un centro de pensamiento filosófico en busca de una libertad que es cada vez más urgente .

Palavras clave: Autonomía de la voluntad – Kant – Moralidad – Libertad

Introdução

Com uma filosofia totalmente inovadora e desapegada dos antigos axiomas, Kant propõe uma reinvenção do pensamento filosófico em seu tempo. Sua revolução, comparada à de Copérnico, traz a novidade da teoria embasada sobre uma práxis, mais do que pensar o ser humano e um conjunto de leis, o desafio é conciliá-los. E é justamente esta aventura que o pensamento filosófico de Kant propõe.

Suas teorias são provocativas, pois requerem um desapego de “velhos” e antiquados conceitos. Com uma vida “normal” Kant propõe a saída da “normalidade” e quer fundar um pensamento novo, colocando a paz como possibilidade de universalização e a lei moral como uma vivência que deve ser comum a todos. Não é para menos que sua formação cristã influencia em grande parte do seu pensamento e de suas obras.

¹ Licenciando em Filosofia do 3º Período do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, *Campus Lorena* (SP).

Nesta pesquisa, o propósito é realizar um caminho pelas obras de Kant e alguns especialistas, de forma a contribuir para a melhor compreensão da ótica da liberdade, autonomia e dos princípios morais no pensamento do autor.

Conceitos como os citados anteriores estão constantemente presentes na vida e nas obras do filósofo, tanto é que muitos colocam Kant somente no posto de “moralista” ou mesmo apologista de uma “moral suprema”. Porém, ao adentrarmos o rico conjunto de obras *kantianas* percebe-se que a situação não é bem essa. Mais que um apaixonado pelas leis morais, Kant era um fascinado pela figura do ser humano e sua relação com a lei. Nesse ponto, muda-se a configuração do que muitos chamam de pensamento moral kantiano: não importa somente o homem ou tão somente a lei, mas ambos em relação.

O principal, no conjunto de obras kantianas, é perceber qual o lugar do homem em relação consigo mesmo, com as leis morais e com a sociedade que o cerca.

1. Kant e a sua “novidade” filosófica

Immanuel Kant nasceu em Königsberg, uma cidade da Prússia Oriental (território que hoje está sob o domínio russo, localizado na atual cidade de Kaliningrado), no ano de 1724, de família simples e humilde. Recebeu dos pais uma exímia educação, da qual muito se orgulhara; seu pai João Jorge era seleiro. Sua mãe, Regina Reuter era dona de casa e criara o filho segundo os princípios do *pietismo* (uma corrente do protestantismo) e também com refinada educação escolar, matriculando-o no *Collegium Fridericianum*, onde predominava um rígido método estudantil na época.

O jovem Kant aprendeu bem o Latim e alguma coisa de Grego. Logo se matriculou na Universidade de sua terra natal, onde frequentou os cursos de ciências e filosofia. Ele tinha uma vida totalmente regrada, simples e rotineira. O filósofo tinha o costume de fazer caminhadas durante o dia, sempre no mesmo horário e o interessante é que muitas pessoas sabiam até mesmo que horas era dada a sistematicidade seguida a risca por Kant em suas atitudes do dia a dia, desde as coisas mais simples às mais complexas.

Podemos considerá-lo como o “Filósofo da revolução” e sua teoria não pretende ser apenas mais um “modo de pensar” racionalmente, mas sim um modo novo e revolucionário de pensar o saber humano e os princípios que norteiam sua convivência entre os seus

semelhantes. Para compreender suas obras, é necessário ter uma sólida bagagem histórica, política e cultural, dada a complexidade de sua elaboração conceitual, teórica e prática. O filósofo não propõe um princípio de “vida boa”, mas sim a concretização dessa vida, pautada em pressupostos que podem ser cada vez mais tangíveis e possíveis.

Podemos dividir seus escritos em dois grandes grupos: os “pré-críticos”, nos quais Kant ainda expressa seu pensamento com base em outras leituras e a partir dos estudos já realizados. Estes começam no ano de 1746 com a obra “*Pensamentos sobre a verdadeira avaliação das forças vivas*” e vão até o ano de 1770, com sua dissertação para tornar-se um professor efetivo, a qual é intitulada “*De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*”²; e os escritos “críticos”, nos quais ele já demonstra um pensamento mais autônomo e uma filosofia própria e melhor definida. Estes começam em 1781 com a consagrada obra “*Crítica da razão pura*” e vai até o ano de 1803, com a obra “*A pedagogia*”. Nesse segundo grupo de obras de Kant estão incluídos outros de seus escritos mais notáveis, entre eles a “*Crítica da razão prática*” (1788), a “*Crítica do juízo*” (1790) e a “*Metafísica dos costumes*” (1797). Nos últimos anos de sua vida, Kant ficou quase que completamente cego, sem memória e também sem lucidez, quando veio a falecer no ano de 1804³. Por esses fatos, percebe-se alguém totalmente empenhado à busca pela sabedoria, escrevendo e estudando até os últimos anos de sua vida.

O pensamento kantiano continua sempre atual. Suas ideias de autonomia da vontade, “cosmopolitismo”, liberdade, moralidade e direitos universais deram bases para os Direitos Humanos, formulados tais quais os conhecemos. Sua moral e sua concepção de ética influenciam os pensadores do nosso século, do passado, e, certamente, dos séculos vindouros.

Kant opera na filosofia uma *revolução comparada à de Nicolau Copérnico na Astronomia*, inovando o pensamento filosófico em dois aspectos, como afirma Marilena Chauí o filósofo

transformou a própria teoria do conhecimento em metafísica, ao afirmar que esta investiga as condições gerais da objetividade, isto é, do conhecimento universal e necessário dos fenômenos e, em segundo, mostrou que o sujeito do conhecimento não é, como pensara Hume, o sujeito psicológico individual, mas uma estrutura universal,

² “*Sobre a Forma e os princípios do Mundo Sensível e do Mundo inteligível*”. TRADUÇÃO NOSSA.

³ Kant faleceu após uma prolongada fase de enfermidade, que apresentava sintomas semelhantes à “doença de Alzheimer” e, com isso, não reconhecia nem seus amigos mais próximos.

idêntica para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares, e que é a razão como faculdade *a priori* de conhecer ou o *Sujeito transcendental*.⁴

Nesse sentido, a experiência cética de Hume levou Kant a querer conhecer mais essa forma de pensar. Antes, em seus anos mais “sossegados” seus interesses eram mais físicos do que metafísicos, preocupando-se mais, como o próprio Hume com as experiências dos sentidos. Porém após esse período não muito bem vivenciado Kant passa a uma busca incessante pelo que está além da experiência, além do fenômeno – aplicando o termo corretamente – e chega-se a caracterizar até mesmo como um “amante da metafísica”, mesmo reconhecendo que esta não lhe trouxera, até então, benefício algum.

Embarcar, nesta viagem de pensar “junto” com ele, é uma tarefa um tanto quanto abusada. Poderíamos até mesmo nos questionar como alguém que nunca viajou o mundo afora poderia ter uma visão tão complexa, integral e profunda do mesmo? A resposta está nitidamente em sua rica contribuição para o pensamento moderno e contemporâneo. Kant não propõe um simples “pensar”, mas um “pensar fazendo”; como o próprio título sugestivo de suas principais obras (As “Críticas”) da razão “Pura, Prática e do Juízo”.

Kant aprofunda, em seus escritos, a ideia do “imperativo categórico” que, se assim podemos dizer, é o que mais se aproxima da sua filosofia cosmopolita; pode-se ainda afirmar que esse imperativo é o da “Lei Universal”, ou seja, é o que diz respeito às ações particulares dos seres e que podem ser universalizadas. Explicando popularmente é dizer que essas tais leis poderiam ser tomadas como “leis gerais”.

O conceito de liberdade elucidado pelo pensamento kantiano está intrinsecamente ligado ao fato de obedermos ou não à lei moral; sendo assim, liberdade então não é simples conceituação teórica, mas ocorre no sentido prático da ação moral, daquilo que fazemos ou deixamos de fazer com relação à lei; com referência a isso o pensamento kantiano é um tanto quanto explícito, sua conceituação de liberdade ocorre a partir do princípio do imperativo categórico – por nós elucidado – e a partir da compreensão que temos da lei moral, como sendo uma verdadeira “lei universal”.

Para Kant o homem está sujeito a optar pela “Maioridade”, e esta é justamente esse “libertar-se” do homem com relação à sua razão no agir. É o que podemos chamar de “pensar

⁴ CHAUI, p. 235

livremente”, ou mesmo ter “autonomia”. Como verdadeiro “cosmopolita” que é, mesmo sem conhecer o mundo, acaba por conhecer – por meio do vasto corpo de obras – o ser humano em sua integralidade, contendo em seus tratados amplas discussões para pensarmos como é o ser humano e as suas possibilidades de ser, além daquilo que sua natureza lhe proporciona.

Primeiramente, podemos nos perguntar: como elucidar os conceitos de liberdade e vontade que são tão complexos no pensamento kantiano? Sendo assim, poderíamos pensar a liberdade como um “agir segundo uma lei moral”, ou mesmo algo que faça referência às vontades boas da pessoa. Mas, ser livre vai muito além de “saber cumprir normas”. Para Kant o homem totalmente livre é aquele que possui a capacidade de escolher o que lhe é bom; ou seja, ser livre é ser dotado da qualidade de livre escolha, dentro do que lhe é bom. Na medida em que o indivíduo escolhe, está sendo autônomo e, conseqüentemente, colocando em exercício sua liberdade. Podemos dizer, ainda, que nós só iremos ter consciência de nossa liberdade através da moral. Sendo assim

a liberdade é a independência (da vontade) em relação à lei natural dos fenômenos, ou seja, do mecanismo causal [...] ela é a característica própria da vontade que pode ser determinada pela pura forma da lei, sem necessidade do conteúdo [...] Essa liberdade, que não explica nada no mundo dos fenômenos e que, na dialética da Razão Pura, dá lugar a uma antinomia insuperável, na esfera moral, ao contrário, explica tudo. E é exatamente por isso que tomamos consciência dela por via moral.⁵

Nesse aspecto, afirma ainda que a liberdade não pertence à outra coisa senão à razão e completa, justamente por isso alguns dos que vieram depois dele, que pelo menos aparentemente foram fiéis ao seu pensamento (*neokantistas*) constituíram este conceito de forma um tanto diferente. Caracterizando, ainda, o pensamento kantiano reduzido à célebre máxima “*podes porque debes*”, isso seria o mesmo que dizer que a razão exige a obediência à lei moral.

Somos livres ao passo em que prestamos a devida atenção à lei moral. Aquele que se considera livre e não observa os preceitos morais está aprisionado pelas suas próprias ações; não é, de fato, um **ser humano livre**. Liberdade está relacionada, antes e acima de tudo, - como vimos - com o conceito de Moralidade. Podemos interligar tudo isso ainda com a

⁵ REALE, ANTISERI, p. 382

“libertação” (liberdade) do homem da sua incapacidade de fazer uso do próprio entendimento, conceito esse que podemos chamar de “menoridade”.

2. A Autonomia da vontade e o Imperativo Categórico

Kant propõe uma nova forma de pensar o ser humano e a sua relação com a moralidade e a vontade, tanto é que

interioriza o conceito de liberdade desenvolvido por Rousseau, mas **se propõe a ir mais além, transformando-o em autonomia da vontade**. Como pensador e fundador da filosofia crítica, convida os homens a pensar com liberdade e a agir com autonomia. Em especial, busca no entendimento da moralidade suprema respostas para seu projeto de compreender o fim último da existência do ser humano.⁶

Na ótica trabalhada pelo autor, o homem deixa de ser um mero “personagem” e passa a ser ele mesmo o protagonista – ou agente principal – do que podemos chamar de “autonomia”. Mas o que seria, então, a tal autonomia para o filósofo?

Podemos pensar, ainda, a autonomia no pensamento kantiano como justamente aquele princípio básico, norteador, que é pautado sobre axiomas morais e universais. Nesse aspecto, mais estritamente a moralidade é para Kant elemento fundamental para a constituição da personalidade do indivíduo enquanto tal. Para tanto

O filósofo transpõe para a razão prática humana o *livre arbítrio* governado pela *boa vontade*, ou dito de outra maneira, a possibilidade de viver segundo princípios morais. Pelo princípio da autonomia, Kant o identifica como o único princípio da moralidade e, afirma ainda, que o princípio da moralidade deve ser um imperativo categórico. E é justamente a compreensão do princípio da autonomia em Kant que procuraremos encaminhar neste estudo.⁷

O imperativo categórico, ou seja, a “máxima das máximas” (*agir de tal modo que a nossa ação possa ser universalizada*) é um princípio moral, portanto, é constitutivo da

⁶ HUPFFER, p. 1, GRIFO NOSSO.

⁷ Ibidem, p. 2.

evolução do homem e do seu processo de autonomia. A pessoa “autônoma” é a que consegue transpor as barreiras do próprio querer e é capaz de viver uma vontade que seja “universalizada”.

Os gregos antigos mantinham uma dicotomia entre o *ser* e o *dever ser*, mas Kant explora e aprofunda estes conceitos, colocando-os na constituição fundamental de uma moral universal e separando o pensamento racional e o empírico, demonstrando em suas obras que o ser humano é pensamento e também é vontade. Tanto é que, ao escrever a *Fundamentação da Metafísica dos costumes* o autor afirma que

Ora uma tal Metafísica dos costumes, completamente isolada, que não anda misturada nem com a Antropologia nem com a Teologia, nem com a Física ou a Hiperfísica, e ainda menos com as qualidades ocultas (que se poderiam chamar hipofísicas), não é somente um substrato indispensável de todo o conhecimento teórico dos deveres seguramente determinado, mas também um desiderato da mais alta importância para a verdadeira prática das suas prescrições.⁸

Kant pensa uma “metafísica dos costumes”, isto é, ligada à prática moral e que se refere à autonomia da vontade que esteja vinculada – talvez – à simplicidade do cotidiano. Não seria, então, uma vontade expressa do filósofo de tornar algo tão distante das pessoas em algo mais palpável? Talvez seja essa autonomia da vontade, de fato, um princípio tão simples que esteja relacionado com a liberdade em sua faceta mais popular, a da própria “vontade boa” do ser humano. O “agir de tal maneira que esta máxima possa ser universalizada” – expresso no *imperativo categórico* – é o que podemos chamar de um “grito kantiano” por uma moral comum, ou seja, agir de tal maneira que aquilo que fizermos possa ser aplicado a todos, em qualquer lugar.

3. Moralidade e autonomia da vontade: princípios libertadores

A moral de Kant não é algo de “outro mundo”. O próprio filósofo simplifica e torna os pressupostos do seu pensamento moral acessíveis a todas as pessoas. Kant afirma que “quando atentamos na experiência humana de fazer ou deixar de fazer, encontramos queixas

⁸ KANT, Emmanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 45.

frequentes e, como nós mesmos concedemos, justas, de que se não podem apresentar nenhuns exemplos seguros da intenção de agir por puro dever.”⁹ É o mesmo que dizer a lei por ela mesma não tem vida, quem coloca movimento nela é o indivíduo que a cumpre. A experiência é o que importa quando se fala em moralidade, pois de nada adianta existir um princípio moral e uma lei “no papel” se os indivíduos para os quais as mesmas são destinadas não a cumprirem. E também de nada serve a lei que não serve os princípios morais comuns às sociedades, seria mais um princípio escravocrata do que moral e legal.

O “imperativo da moralidade” é que sustenta a relação moral entre os indivíduos e, de certa forma, “regula” e ordena a autonomia da vontade dos seres. Tanto é assim que

o imperativo que se relaciona com a escolha dos meios para alcançar a própria felicidade, quer dizer o preceito de prudência, continua a ser *hipotético*; a ação não é ordenada de maneira absoluta, mas somente como meio para uma outra intenção. Há por fim um imperativo que, sem se basear como condição em qualquer outra intenção a atingir por um certo comportamento, ordena imediatamente este comportamento. Este imperativo é **categórico**.¹⁰

É este o imperativo kantiano que torna possível ao indivíduo optar por ações e vontades “boas” que sejam comuns a todos. Não se pode pensar uma “vontade boa” ou mesmo um princípio de autonomia da vontade que não contemple também um pensamento sobre o que é comum. Toda ação que se faz pensando somente na própria vontade já se trai a si mesma, pelo fato de não abarcar a coletividade e não levar em conta uma máxima que possa ser “universal”.

O filósofo continua, ainda, afirmando que

O pretense imperativo moral, que como tal parece categórico e incondicional, não passaria de facto de uma prescrição pragmática que chama a nossa atenção para as nossas vantagens e apenas nos ensina a tomá-las em consideração. Teremos, pois que buscar totalmente *a priori* a possibilidade de um imperativo *categórico*, **uma vez que aqui nos não assiste a vantagem de a sua realidade nos ser dada na experiência**, de modo que

⁹ Ibidem, p. 39.

¹⁰ Ibidem, p. 52.

não seria precisa a possibilidade para o estabelecermos, mas somente para o explicarmos.¹¹

Vale ressaltar que Kant sempre embasa sua teoria em pressupostos práticos, ou seja, sua moral é prática, apesar de ter uma rigorosa fundamentação teórica – que se faz necessária – e isso não impede que o mesmo simplifique sem perder sua profundidade e ao mesmo tempo complexidade.

O *Imperativo categórico* é o ponto de conversão no qual a moralidade e a autonomia da vontade se encontram e se revelam como princípios “pares”, que se relacionam e complementam. A filosofia kantiana é justamente uma proposta de busca pelo que é bom e comum a todos. O filósofo não quis operar uma transformação na teoria filosófica em si, mas sim na forma como nos relacionamos moralmente, tanto com a filosofia, quanto com as pessoas e a sociedade.

O indivíduo verdadeiramente livre é o que se relaciona com a moral e sabe lidar com suas vontades, sem ferir o espaço alheio e sem deixar que o que lhe é próprio atrapalhe sua convivência e os princípios morais comunitários e propostos para todos os seres.

Considerações finais

Kant é uma novidade incômoda, pois assim como o cristianismo propõe uma vivência voltada mais ao que é comum do que ao individual. Ao propor seus conceitos de moralidade e de autonomia da vontade – axiomas esses expressos no imperativo categórico –, o filósofo reafirma o princípio cristão de “bem comum” e “fraternidade”.

A filosofia de Kant é pessoal sem ser individualista, é real e palpável sem ser complicada. Esses pontos fazem com que o pensamento do filósofo seja “regrado” e pautado em princípios morais comuns. Uma filosofia como a kantiana merece ser revistada em todos os tempos e lugares, pois o autor consegue a perspicácia de navegar com tanta tranquilidade entre conceitos que são plenamente cristãos sem falar de cristianismo.

A teoria de Kant tem sempre algo novo e profundo a oferecer para a sociedade, pois sua visão cosmopolita e, muitas vezes, visionária recria o ser humano enquanto indivíduo

¹¹ Ibidem, p. 57. (GRIFO NOSSO)

social que se relaciona com os outros e se coloca diante de uma lei moral. Seu intuito é que a lei não escravize o ser humano, mas sim que este coloque o princípio da humanidade sempre em primeiro lugar – sem suprimir a lei – mas ao mesmo tempo fazendo com que, aos poucos, estes princípios que são comuns, bons e universais tornem-se as “leis maiores”. Ler e interpretar o filósofo Kant se faz um desafio, que nos tira do lugar cômodo e faz com que revisitemos nossos conceitos de bem comum, liberdade e autonomia.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.

BOTTON, Alexandre Mariotto. **Autonomia da vontade e Interesse Moral em Kant**. 2005. 92 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2005. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=592>. Acessado em: 28. abr. 2016.

HUPFFER, Haide Maria. O Princípio da Autonomia na Ética Kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. **Anima: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet**. Curitiba, v. 5, p. 142-163, 2014. Acessado em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleta-Externa/Haide-Maria-Hupffer.pdf>>. Acessado em: 28. abr. 2016.

KANT, Emmanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARTINS, Reno Sampaio Mesquita. **Um Estudo sobre a Fundamentação da metafísica dos Costumes à luz de Immanuel Kant**. [S.l: s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4099>. Acessado em: 31. mar. 2016.

REALE, ANTISSERI; Giovanni, Dario. **História da Filosofia: De Spinoza a Kant**. (Vol. IV). São Paulo: Paulus, 2005.

ZANELLA, Diego Carlos; OLIVEIRA, Liliana Souza de. **Liberdade e Moralidade em Kant**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2006. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/004e2.pdf>>. Acessado em: 28. abr. 2016.